
Economia da cultura: Uma reflexão sobre a cultura como recurso¹

Sheila Laís Miranda PEREIRA²

Elisandro Abreu COELHO³

Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo enfatizar uma reflexão sobre a Cultura como recurso para a sociedade através de aspectos sociais, políticos e econômicos. A reflexão traz como principal relevância as percepções da cultura e suas ramificações, gerando impacto nos setores culturais através do embasamento da economia da cultura como forma de produção, distribuição e consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia da Cultura; Cultura; Recurso; cidadania cultural

Introdução

Ao analisar o cotidiano atual participamos de um fluxo contínuo de informações, histórias, ideias, culturas, formas de pensar e agir que nos faz refletir a cada dia sobre o que podemos ser, ou o que podemos fazer. A todo tempo cogitamos sobre a importância das pessoas, questionamos de onde elas veem e porque possuem atos tão diferentes dos nossos. Este contexto nos retrata o mundo e suas diferenças, que através de contextos complexos nos permite enxergar novas oportunidades, encontrando por meio das diferenças a inovação para produzir, circular e consumir espaços, artefatos e tradições.

Desta forma, introduziremos em visões antropológicas o termo cultura que se constitui aqui por meio de um viés consolidado em signos, significados e valores presentes na realidade social, política e econômica. Assim, observamos a cultura como

¹ Trabalho apresentado na DT8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Bacharel em Relações Públicas- ênfase em Produção Cultural – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e-mail: sheila_lay@hotmail.com sheila_lay@hotmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Indústria Criativa PPGCIC, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e-mail: elisandrorppc@gmail.com

um tema peculiar de variado sentido que faz parte de uma ideologia transversal, contido nas relações humanas.

Para compreender melhor o sentido ao qual nos referimos à cultura apresentamos uma abordagem sobre o social, a identidade cultural denominada por meio do pertencimento que se estabelece a partir do indivíduo. Sendo assim, a identidade cultural trata de algo peculiar, que define o indivíduo como único, em um conjunto de fatores que remetem a sua origem de maneira consciente, ligada a oposições simbólicas, facilmente encontradas em grupos sociais. (CUCHE, 1999, p.176)

Ao discorrer sobre a sociedade, o autor refere-se a um modo coletivo, desenvolvido em categorias e subdivisões de classes sociais; de nível, alto, médio ou baixo, enfatizando a necessidade de cada uma delas, refletidas a respeito da questão econômica e social. Essas classes, além de divididas produzem sua cultura de modo peculiar, onde cada indivíduo ou grupo pré-estabelece seu modo de se comportar perante a sociedade.

Compreendendo este contexto, ressaltamos a cultura como um tema flexível, pois sofre reconfigurações conforme as mudanças sociais acontecem. Para compreendermos melhor esta abordagem faremos um breve contexto histórico referente ao termo cultura e seu surgimento.

O termo cultura surgiu pela primeira vez na França no séc. XVIII e a partir deste período pode-se originar o seu significado. Vindo do *latin* o termo “cultura” significa cuidado dispensado ao campo ou ao gado. Neste texto a cultura sofria influências do pensamento positivista, ligado ao Iluminismo. Após esta definição iniciaram as variações do conceito cultura através de debates que aconteciam constantemente, sempre variando e permitindo novos significados que ampliassem sua visão através da ordem simbólica (BENÉTON, 1975, *apud* CUCHE, 1999, p.19). Com este pensamento, podemos analisar a cultura e sua evolução, levando em consideração alguns temas que refletem o contexto contemporâneo econômico e simbólico.

Por meio deste contexto, abordamos o viés ligado aos grupos culturais, vistos a partir da cultura delimitada na questão do valor simbólico e material, expressados por meio da herança, repassada de geração para geração. Assim, entende-se o surgimento de novas expressões culturais descritas em valores e crenças que dão continuidade as práticas culturais, por meio da comercialização de seus produtos. Esta visão, além de

destacar a geração de renda para essas classes, também carregam em suas práticas um sentido simbólico, social ligado ao seu pertencimento que se divide através do viés simbólico cultural, ou material econômico. Deste modo, a cultura tem o poder de comercializar produtos que possibilitem estimular a continuação do ciclo familiar.

Ressaltamos então que a cultura faz parte de um conjunto de trocas sociais ligadas ao processo de bens materiais e imateriais, desenvolvidas a partir da produção, circulação e do consumo (CANCLINI, 2007). Conjunto esse, que ressalta em seu desenvolvimento o mercado e o consumo. Além disso, os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais são evidenciados de maneira central no consumo, desenvolvendo temas como a oferta e a demanda e o processo da produção e circulação do capital no setor da economia.

Para dar continuidade ao nosso tema abordaremos a cultura como recurso para a economia de modo a ressaltar esse importante salto, beneficiando o bem-estar da sociedade. Assim, por meio deste viés apresentamos a efervescência do pensamento de massa evidenciado nas relações sociais que pode impulsionar o crescimento do consumo. Através dessa demanda a cultura passou a receber visibilidade no campo da economia, contribuindo para que os grandes economistas compreendessem seu impacto nas relações sociais e em outros setores. Assim, de modo geral a cultura passou a ser reconhecida como um fator importante no campo internacional, gerando possibilidades de ampliar a visão econômica por meio de seus resultados. (TOLILA, 2007)

Ao reconhecer a utilização da cultura como recurso, o setor econômico pode ampliar o seu crescimento de modo positivo, proporcionando uma nova visão de crescimento cultural e social principalmente em áreas periféricas, com menos acesso a pontos culturais ou oportunidades. Este resultado foi considerado através de dados de quantificação e mensuração que destacaram o crescimento da cultura através de trocas sociais, amenizando ainda os problemas da sociedade; agregando melhorias na circulação de capital e do desenvolvimento social, (TOLILA, 2007). Com os resultados apresentados em registros, houve uma consequência econômica que modificou a visão dos economistas, passando a enxergar a cultura como um recurso para a economia em uma amplitude favorável, inclusive por meio da política.

De fato, durante muito tempo o setor cultural foi ignorado pela teoria econômica que o considerava atípico em relação às “leis” fundamentais que ela produzia e que regem o modo de produção e de consumo capitalista. Para os pais fundadores da economia política, Smith e Ricardo, os gastos nas artes abarcam apenas os lazeres e não poderiam contribuir para a riqueza das nações; para os economistas “respeitáveis”, portanto, eles não mereceriam um dispêndio de energia intelectual. (TOLILA, 2007, p.25)

A partir desta visão, muitos recursos governamentais dirigidos para as relações econômicas poderiam ser fontes de investimento no setor cultural, trazendo como consequência benefícios para toda a sociedade. A argumentação de economia política tratava como primordial o caráter econômico no sentido de abastecer e melhorar o sistema capitalista dos países e assim, alcançar benefícios através de empregos e renda; criando uma estabilidade referente aos problemas sociais de miséria e pobreza.

Ao compreender este aspecto é inserida a visão nacional, refletida no Brasil que por meio de um investimento tardio e mal estruturado na cultura traz como consequência o agravamento dos problemas sociais. Com este viés originaram-se os gargalos e as falhas que refletem atualmente na redistribuição e produção da cultura. Deste modo, acompanhamos falhas que resultam em um lento desenvolvimento no contexto social.

Portanto, é importante ressaltar que a cultura no Brasil ainda possui muitas falhas e metas a serem trabalhadas. Ideia esta que contribui para um olhar esperançoso capaz de enxergar a cultura como uma luta presente nos direitos a serem alcançados, seja através de questões sociais, econômicas ou políticas.

Assim, por meio deste conceito abordamos a visão relacionada a um novo pensamento que se insere como modo de oportunidade por políticas culturais que passam a investir no desenvolvimento do indivíduo, por meio de planos de crescimento para manter o desenvolvimento social e econômico.

Todavia, o campo econômico passou a observar a necessidade do setor cultural, modificando sua visão, e argumentando, de modo a atingir uma inter-relação entre os conceitos cultura e economia. A partir desta relação é que o setor cultural pode colaborar através de uma base sólida referente a economia, voltada a um relacionamento direto com as diversas classes e grupos sociais, estabelecendo uma relação evidente para a movimentação da economia.

Com a interligação dos setores economia e cultura, se estabeleceu um desenvolvimento social ligado à circulação do capital, como ofertas de empregos, mudanças sociológicas; tratando a cultura como um recurso promissor de investimento capaz de potencializar recursos e formar relações de trocas culturais entre os indivíduos.

[...] a cultura como recurso é muito mais que uma mercadoria; ela é o eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia e aquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar (isto é, a imposição de normas a instituições como a educacional, a médica, a psiquiátrica etc.) são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em “cultura” e seus resultados tornam-se prioritários. (YÚDICE, 2006, p.13)

É por através desta dimensão que se caracteriza a importância da circulação de bens e serviços angariando projetos culturais, de materiais artísticos, ou até mesmo da própria cultura que se estabelece em uma relação positiva referente ao consumo cultural. Assim, com este processo avalia-se a necessidade de se investir em variados setores, permitindo potencializar o progresso de grupos com a produção e circulação de renda, fator que serve como estímulo do capital no Brasil.

Com o consumo cultural apresentado, logo, nos referimos às atividades artísticas e culturais que são efetivadas de modo a garantir a inclusão social. Esta ideia permite favorecer a todo e qualquer indivíduo que seja capaz de com suas tradições e práticas culturais se tornar um ator participante da arte/cultura no mercado cultural. Assim, a partir deste pensamento passa a contribuir em uma linha simbólica referente à arte ou a cultura, garantindo um retorno no viés material ligado ao lucro.

Assim a cultura, além de ser vista de maneira centralizada na sociedade, é capaz de reconstruir a visão do indivíduo, em uma perspectiva ligada ao contínuo processo do cultivo de valores e crenças. Ao acompanhar este pensamento, observa-se que esta configuração está diretamente ligada ao campo cultural, trazendo como reflexo o avanço social, em especial para a economia da cultura.

E ao entender o processo da economia da cultura, identifica-se uma classe de grupos culturais, associações ou cooperativas que se estabelecem na comunidade. Esta relação se estabelece também com a finalidade de gerar renda com os produtos culturais. Quando discutimos sobre esta ideia compreendemos alguns aspectos refletidos na

estrutura política que ao identificar esses grupos como potenciais culturais traz em seu contexto a reflexão sobre trabalhar não somente aspectos econômicos, mas, sim dar continuidade ao pertencimento da sociedade pela qual se faz parte. (BRUNNER, 1992, p.250)

[...] a economia analisa as relações entre oferta, distribuição e demandas culturais, identifica as falhas de mercado que fazem com que nem todos tenham acesso à produção cultural, mapeia as restrições individuais que limitam seu consumo sinaliza caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável e sugere ações a serem tomadas para que distorções sejam corrigidas. (REIS, 2007, p.07)

Todavia, a economia da cultura tem em suas ramificações o papel de identificar falhas de mercado ou gargalos que estejam impedindo o surgimento, a disseminação ou continuação das atividades dos grupos culturais. Assim, por meio desta visão, pretende-se facilitar o desenvolvimento desses grupos, buscando como um alicerce a mais a solidificação no mercado cultural através da originalidade de seus produtos.

Assim, ao se deparar com as falhas, o estado passa a intervir em processos que possam repercutir de modo negativo mais adiante. Assim, podemos trazer como exemplo os grupos comunitários organizados de modo independente, sem apoio ou financiamento de outros órgãos. Este procedimento logo trará em seu percurso uma falha de mercado que impede a continuação de produção e disseminação de produtos culturais. É a partir desta situação que o governo passa a intervir, contribuindo para valorizar os aspectos simbólicos e suprir as necessidades culturais dos grupos sem interferir no consumo cultural. Deste modo passa a buscar como um dos resultados a potencialização do mercado e a continuação de aspectos importantes para a cultura. (CANCLINI, 1987, p. 26)

Neste pensamento, o papel do governo persiste em interagir com as demais esferas da sociedade, podendo ser o turismo, a cultura, a economia; esferas que através de planos culturais potencializem projetos, enxergando que investem na sustentabilidade dos grupos sociais, de modo a oferecer aperfeiçoamentos através de cursos de capacitação, de gestão, dentre outros, trazendo como oportunidade o desenvolvimento sustentável da região e a continuação da cultura inserida em seu cotidiano. (REIS, 2007, p. 314).

Ao acompanhar este raciocínio, mencionamos o capital intelectual⁴, que irá sustentar esse fluxo através da divulgação dos bens materiais e imateriais, em um potencial mercadológico capaz de direcionar esses grupos para seus respectivos públicos. A partir deste viés inicia-se uma construção sobre os aspectos positivos da economia da cultura, baseada no desenvolvimento da sociedade e do capital cultural.

A economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção e distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais - em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento. (REIS, 2009, p.25)

Assim destacamos uma cadeia de atividades e processos com a intenção de beneficiar e proporcionar um desenvolvimento social e econômico, ocasionando mudanças que solidifiquem a importância dos estudos, das práticas culturais e do valor cultural, destacando de modo relevante a visão simbólica e individual de cada ser humano.

A partir deste contexto ressaltamos a importância do valor que se torna constituinte em quatro tipos de valores: valor de uso, valor de troca, valor de signo e valor simbólico. (CANCLINI, 2009, p. 39) Deste modo, apresentamos os diferentes valores contidos dentro de cada objeto cultural, obtendo sempre em sua construção valores diversos que foram incorporados durante o processo de construção de um produto.

O contexto mencionado acima relata a peculiaridade e o valor simbólico com significados diferentes para cada indivíduo. Pode-se incluir como exemplo uma cuia adquirida por um gaúcho, feita no Rio Grande do Sul, toda trabalhada com a bandeira do estado, destacando características culturais e significados pertencentes para o gaúcho e sua região. Já uma cuia adquirida por um baiano com as mesmas peculiaridades, irá conter outros significados, por exemplo, uma lembrança do Rio Grande do Sul, que destaca em seu material um valor simbólico, com uma imagem adquirida ao gaúcho,

⁴ “Capital intelectual: O termo engloba um conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo ambiente familiar e pelo sistema escolar” (COELHO, 2012).

demonstrando as culturas e o pertencimento de valores, diferentes tanto para o gaúcho, quanto para o baiano.

Há um mercado físico para as obras de arte e um mercado paralelo para ideias, que são um atributo ou produto necessário dessas obras. O mercado físico determina o valor econômico da obra; o mercado das ideias determina seu valor cultural. O fato de a obra física ser o veículo transmissor da ideia a transforma de bem econômico ordinário em bem cultural (THROSBY⁵, 1999, p.29 *apud* REIS, 2007, p.20)

Destacamos assim, o valor de custo (compra) e o valor simbólico (significados) que se apresentam apenas através da circulação de um bem. Este se define a partir do ciclo (produção, distribuição e consumo). Se um produto é criado e não é distribuído não pode ser consumido e conseqüentemente, não realizará trocas culturais, logo, também não haverá um custo no material produzido.

Neste viés trazemos como análise o ciclo ao qual nos referimos produção, circulação e consumo. Este, não se inicia por apenas um método, mas admite relações e inter-relações, encarregando-se de concluir esse ciclo. Ao notar este conceito trazemos pontos essenciais que movimentam a economia da cultura, contribuindo para o enriquecimento da expansão cultural, seja por meio de grupos, artistas ou da própria comunidade, desenvolvendo em uma escala crescente no setor econômico e social através de bens e serviços.

O consumo é configurado, conduzido e limitado em cada ponto por considerações culturais. O sistema de *design* e de produção que cria bens de consumo é uma empresa totalmente cultural. Os bens de consumo em que o consumidor esbanja tempo, atenção e renda são carregados de significado cultural. Os consumidores usam esse significado para fins totalmente culturais. Eles usam o significado de bens de consumo para expressar categorias e princípios culturais, cultivar ideais, criar e manter estilos de vida, construir noções do *eu* e criar (e sobreviver) mudança social. O consumo tem um caráter completamente cultural (McCRACKEN, 1988, p. xi)

Os aspectos ressaltados caracterizam a nova proporção exibida através da produção, circulação e do consumo descritos conforme a sua especificidade, em um referencial lógico que define o valor (criações e tradições) e o preço (bens e serviços) capaz de compreender cada processo através da sua relação social, econômica e cultural.

⁵ THROSBY, David. “Economic and cultural value in the work of creative artists”

Deste modo, analisamos as comunidades que iniciam trabalhos culturais artísticos em associações ou cooperativas e se relacionam às expressões culturais locais de um grupo, criando uma estrutura organizacional a partir da própria comunidade.

Ao compreender este viés, esses grupos culturais passam a fortalecer o papel de autonomia, através do crescimento cultural que surge como forma de estimular a autoestima e a participação dos processos por meio da inclusão social. Este sistema passa a desenvolver em uma linha contínua a cidadania cultural de modo a ampliar o acesso à cultura e seu consumo cultural.

Cidadania Cultural

Para compreender valores e percepções culturais é necessário conhecer a importância da diversidade cultural e ampliar o conhecimento por meio das diferenças, sejam por meio do valor que cada indivíduo proporciona para a sociedade, ou através das percepções artísticas ou mesmo das práticas culturais. É com este contexto que iniciamos a importância da cidadania em um viés cultural, apresentando primeiramente sua conceituação de modo abrangente.

Em direito internacional, cidadania diz respeito à nacionalidade: o direito de pertencer a uma nação. Para além dessa noção, cidadania incorpora a garantia de se ter: a) proteção legal – na perspectiva da igualdade, como a de que todos são iguais perante a lei; b) o direito de locomover-se – ir de um lugar para o outro livremente; c) participação política – votar e ser votado, interferir na vida política; d) direito de expressão. Em sua essência, a cidadania funda-se em concepções de sociedade e, como tais, são essas concepções que orientam a cidadania (PERUZZO, 1998, p.207)

O papel desenvolvido pelo estado conduz uma relação de direitos e prestação de serviços prioritários dos cidadãos ressaltados por meio da constituição. Estas normas fazem parte de um conjunto de regras que se consolidam proporcionando um amparo ao cidadão e construindo em seu espaço o bem-estar coletivo, ligada às questões de moradia, saúde, escolaridade, desenvolvimento intelectual, cultural, dentre outros.

A partir deste contexto, a cidadania pretende alcançar seus objetivos além dos direitos enxergados no papel de questões políticas, sociais ou econômicas. Trata do

indivíduo como o principal autor de suas decisões, estabelecendo aspectos que sejam de importância para a construção de sua denominação ou de sua identidade.

Esta reflexão traz a intenção de focar em um pensamento civilizado, composto por respeito e autonomia de um país. Questões que são derivadas de uma escolha, de uma etapa no avanço dos temas sociológicos e antropológicos, refletidos a respeito da liberdade, igualdade, e em especial aos direitos universais do ser humano.

Desta maneira, é importante ressaltar que a cidadania, em uma perspectiva cultural, desdobra uma conceituação ligada as referentes questões culturais, discutidas desde o início de nosso estudo, permitindo uma visão de investimento no mercado cultural construído a partir das comunidades. Neste perfil enquadram-se as relações sociais responsáveis pela a atuação de projeto e grupos que disseminem a cultura, a produção cultural, de forma dissipadora, garantindo o direito e acesso à cultura através de projetos culturais e planos de ação, envolvendo a inclusão do cidadão em todo e qualquer tipo de cultura que ele possa consumir.

Em termos de aspectos sociológicos analisam-se as questões sociais referentes a cidadania configuradas em “três sedimentações definidas em aspectos políticos, econômicos e culturais, a primeira traz uma visão voltada a decisões de voto, a segunda se refere a materialização e a última baseia-se na representação social.” Martín-Barbero, (2001). Através desta percepção insere-se a perspectiva ligada a cidadania cultural que remete na liberdade de escolha, no direito de consumo, ou ainda nas demandas de responsabilidade do estado.

Assim, podemos ressaltar que para tais fatores serem executados, é imprescindível mencionar que além do governo os cidadãos responsáveis pelo percurso da nação devem cumprir com seus deveres e garantir a prioridade do crescimento e desenvolvimento da nação, pautados na igualdade e liberdade dos direitos sociais. Todavia, focado em três tipos de direitos conforme, ressalta o autor,

[...]a cidadania incorpora três tipos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. O *elemento civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, pensamento e fé, o direito à propriedade e o direito à justiça. Tais direitos estão sob a alçada do poder judiciário. Por *elemento político* da cidadania se deve entender o direito dos indivíduos de participar do exercício do poder, como membros de um organismo investido de autoridade política ou como eleitores de tais membros. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local. O *elemento social* da cidadania se refere a tudo o que vai do direito a um

mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais ligadas com ele são os sistemas educacionais e de serviços sociais. (MARSHAL, 1967, p. 63 *apud* PERUZZO, 1999, p.3)

Como descreve o autor, o papel de cada elemento contido dentro do direito, seja ele social, civil ou político, tem a prioridade do sistema e de sua qualidade no dever de cada cidadão realizar sua função em prol de uma civilização harmônica. Esta percepção traz para a atualidade uma importante sinergia entre a sociedade e o governo, que ao investir na cultura como uma prioridade do ser humano, solidifica ações presentes dentro das comunidades, enxergando como um modo de geração de renda e de valorização pessoal das práticas culturais.

Este contexto remete-nos diretamente aos direitos, deveres e liberdade do indivíduo, demonstrando a cidadania cultural como um meio de inclusão para os indivíduos menos favorecidos, estimulando-os a continuarem suas expressões culturais, seus costumes ou sua arte.

A cultura, como principal recurso social, passou a ter um significado maior por meio da participação popular dos indivíduos, trazendo como consequência os conflitos, seguido de diversos debates e lutas sociais. Esse pensamento ocasionou no decorrer dos anos o desenvolvimento histórico e social que incluiu uma perspectiva sociológica, política e econômica, nos setores.

Ao analisar este ponto a cidadania pode ressaltar em seu aspecto sociológico, uma ideia igualitária entre os grupos sociais, alcançada por mudanças pertinente aos direitos sociais do cidadão e ao papel do Estado. De tal modo, este raciocínio passa a introduzir as questões políticas e econômicas que através da cultura serão o foco principal para o crescimento da inclusão da cidadania no contexto do indivíduo. Assim, destacamos alguns desdobramentos referentes à cidadania cultural.

Os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar língua de sua escolha, ensinar sua língua e cultura a seus filhos, identificar –se com as comunidades culturais de sua escolha, descobrir toda uma variedade de culturas que compreendem o patrimônio mundial, adquirir conhecimento dos direitos humanos, ter uma educação, não deixar representar-se sem consentimento ou ter seu espaço cultural utilizado para a publicidade, e ganhar respaldo público para salvaguardar esses direitos (GRUPO DE FRIBURGO, 1996, *apud* YUDICE, 2009, p.41)

Em uma visão edificada na cultura reconhecemos a importância de práticas culturais e que nos ligam ao pertencimento da nação. Através deste pensamento compreende-se o valor da identidade vinculada à origem cultural em que o indivíduo se constitui caracterizando-se próprio de um espaço. Compreendendo as práticas culturais exercidas em artefatos, criados de geração em geração podemos exemplificar através da cultura brasileira no estado do RS, onde o gaúcho tem por costume tomar chimarrão. Esta tradição é apresentada quando ainda criança e com o passar do tempo se acostuma, carregando além de uma bebida, um costume, através dos bens simbólicos que farão com que ela se sinta pertencentes ao local de origem, neste caso, o próprio RS.

Contudo, além de costumes e práticas, descrevemos aqui a opção de escolha em liberdade de consumo cultural, existentes nas famílias que possuem influências em instrumentos clássicos, gerando proporções e conhecimento ao consumo de peças teatrais, dança, apresentações de orquestras, enfim aspectos que fazem parte de um dos setores ligados a cultura. Em outra família, por exemplo, pode ser uma tradição cultural de práticas o consumo e a produção de artesanato que também faz parte de um dos setores da cultura. Entretanto aqui existem dois pontos extremos que um não exclui o outro mais por meio de construções simbólicas sabe-se que uma possui um estereótipo e outra, outro tipo de estereótipo, porém ambos necessitam de um nível de conhecimento para consumir alternadas culturas.

O direito a cultura faz parte da legislação brasileira, composta por atribuições ligadas ao conceito de igualdade social, no princípio que rege a iniciação da diversidade dos grupos, em visualizar a amplitude cultural exercida através da diversidade cultural. A partir do contexto citado insere-se, por exemplo, as regiões multiculturais a presença de variados grupos sociais, capazes de exercer e consumir a cultura. Assim, surgem os domínios culturais, dominados em seguimentos referente a cultura e em especial das práticas culturais, exercidas de modo peculiar conforme cada região ou espaço. Essa cultura exercida passa a se desenvolver em um sentido imaterial, ligada ao pertencimento dos costumes, porém com a movimentação do turismo cultural, passa a estimular o mercado cultural, gerado pela criatividade intelectual do ser humano, que se estabelece de maneira a contribuir economicamente e socialmente. Assim, a UNESCO passa a observar os direitos culturais,

Como observa Javier Pérez de Cuéllar, presidente da Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento em sua introdução ao relatório da UNESCO intitulado “Nossa diversidade criativa”, os direitos econômicos e políticos não podem ser realizados separadamente dos direitos sociais e culturais” (CUÉLLAR 1996, p.11 *apud* YUDICE, 2006, p.41)

Deste modo compreende-se que as relações sociais e culturais se complementam de maneira ampla e harmônica, fazendo parte de um processo mútuo onde se caracteriza a diversidade cultural baseando-se no relacionamento entre grupos sociais, gerando um benefício para o setor econômico, político e social.

Conclusão

Através desta reflexão compreendemos a importância de manter as culturas locais e regionais através de uma percepção científica embasada em aspectos econômicos, políticos e sociais.

Desta forma compreendemos a importância de setores culturais que dividam cada uma das atividades que se referem a cultura, de modo a calcular cada setor e o consumo em determinada área. É assim que os domínios culturais, tornam-se ligados a diversidades que constroem grupos e subgrupos, que valorizam a cultura e ampliam a variedade de construções simbólicas adquiridas ou expressadas em cada setor.

O Brasil, sendo um país com diversas culturas, ainda expressa um país pouco preocupado em desenvolver regiões através da arte, dança entre outros aspectos culturais. Precisamos refletir em aspectos sociais e necessários à população para que possa ser investido em setores culturais e assim, impulsionar o desenvolvimento social e econômico.

A intenção de hoje é que se promovam ações referentes a projetos culturais com um olhar para o desenvolvimento social, relevantes em ações culturais que recorram a educação, ao desenvolvimento esportivo e ações que incentivem a visão de crescimento a cultura como um recurso para a expansão da arte.

Esta percepção é relevante para cada setor cultural que se enquadra no sistema de produção, circulação e consumo, onde trazem uma visão sistemática para compreendermos melhor a cultura como recurso social que gera economia através de recursos construídos através do pertencimento da própria identidade cultural.

REFERÊNCIAS

BRUNNER, José Joaquim. **America Latina Cultura y Modernidad**. 2ª ed. México, DF: Editorial Grijalbo, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: USP, 2011.

CIDADANIA CULTURAL Disponível em
<<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/58/86>>
Acesso em 17. 03. 2018.

CRIAÇÃO DE VALOR SIMBÓLICO. Disponível em <
http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v2_n2_art1.pdf> . Acesso em 17.
Abr. 2018.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e o Imaginário**. Editora Iluminuras. 2ª edição, São Paulo, 2012.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO PAR A
CIDADANIA, Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22855/13596>>
Acesso em 17 de abr. de 2018.

CUCHE, Deny. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, São Paulo: Edusc, 1999.

ESCUADERO, Regina César. **As Relações Públicas frente ao desenvolvimento Comunitário** Revista *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 32, p. 87-112, segundo semestre, 1999.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica**. 2ª Ed. - São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008

FREEMAN, Claire Santana. **Cadeia produtiva da economia do Artesanato: desafios para o desenvolvimento sustentável**. E-livre, 2010.

GRUNIG, E. James, FERRARI, Maria Aparecida, FRANÇA, Ferrari. **Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 1. Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

HISTÓRIA DA CIDADANIA. Disponível em
<http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm> Acesso
em 17 de abr. 2018.

INSTITUTO DE ESTADÍSTICA DE LÁ UNESCO, Disponível em:

<<http://www.uis.unesco.org/culture/Documents/framework-cultural-statistics-culture-2009spa.pdf>> Acesso em 15 de jun. 2014.

MARTINS, Marcela Guimarães, Tiago Costa. **O artesanato articulado com o turismo na Região das Missões**: o Grupo de Artesãs do Passo da Barca, São Borja/RS. IN: o XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL. Santa Cruz do Sul, 2012 anais. Rio Grande do Sul, 2012. p. 1-12.

PERUZZO, Cecília Krohling: **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**, 2. Ed. – São Paulo: Summus, 1986.

POLOS CRIATIVOS: UM ESTUDO SOBRE OS PEQUENOS TERRITÓRIOS CRIATIVOS BRASILEIROS. Disponível em:

<<http://www2.cultura.gov.br/economicriativa/wpcontent/uploads/2013/06/poloscriativos.pdf>> Acesso 10 jun. 2014.

PORTAL INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Disponível

em:

<<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=D43F1AB0229vF665B3EB16EAC1F9E6337?id=276>> .Acesso em 17 de abr. 2018.

REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia, **Economia da cultura**: Ideias e vivências, Rio de Janeiro: Publit, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura, Barueri, SP: Manole, 2007.

REVISTA DA METODISTA, Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/view/File/1121/1585>> Acesso em 09 de jun. 2014.

TOLILA, Paul. **Economia da cultura: problemas, hipótese, pistas**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura – usos da cultura na era global**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004, 615p.